

## Renovação urbanística da cidade de Roma após o risorgimento : fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana

Rodrigo Espinha Baeta\*

*A Roma que desde 1870 se tem empenhado em destruir é a Roma barroca; seu fascínio consistia na surpresa, na imprevista abertura e mudança das perspectivas: uma beleza ao mesmo tempo artística e paisagística, que muda com as horas do dia e os humores do céu*  
(ARGAN, 2000, p. 107)

As palavras do historiador da arte, Giulio Carlo Argan, sintetizam o conteúdo das discussões aqui propostas, que buscarão responder às seguintes perguntas: como as intervenções urbanísticas que a cidade de Roma sofreu no período que se estende da sua declaração como capital da Itália, unificada até o ano de 1950 – quando foi inaugurada a via della Conciliazione, que dava acesso direto à praça de San Pietro – afetaram a estrutura cenográfica do ambiente predominantemente barroco da antiga capital pontifícia. Qual a extensão dos danos causados na fragmentação do tecido urbano? Ainda hoje é possível, na região central da cidade, capturar a trama barroca exhaustivamente elaborada a partir de finais do século XVI?

Roma é seguramente o grande exemplo de uma cidade a constituir historicamente, em toda a sua estrutura urbana, um verdadeiro cenário barroco. Após as diversas iniciativas de reformulação viária efetivadas em todo o Cinquecento, que rasgaram avenidas diretas em diferentes áreas da Cidade Eterna, Roma passou a receber inúmeras intervenções pontuais, principalmente no século XVII, obras que viriam alterar dramaticamente sua paisagem: construção e restauração de palácios, igrejas, fontes; abertura de ruas e praças; ereção de obeliscos inseridos em áreas estratégicas do espaço urbano; obras de infraestrutura e

defesa; reocupação da área desolada em volta do tecido edificado, principalmente em cima das colinas, com o surgimento de imponentes vilas de propriedade de cardeais, papas e famílias nobres – espaços verdes onde se destacavam seus jardins paradisíacos, e que serviam como contraponto ao, cada vez mais denso, núcleo. Estas ações, concebidas e realizadas pelos grandes mestres da arquitetura e da arte barrocas, contribuiriam para definir uma “amarração” entre muitas das partes irregulares do tecido urbano, sejam nos bairros mais densos, sejam nas áreas mais dispersas dentro do perímetro das muralhas de Aureliano<sup>1</sup>.

### Primeira fase de renovação: da Roma capital até a ascensão de Mussolini

Até meados do Settecento, a Roma papal continuaria afirmando sucessivamente o seu dinâmico equilíbrio barroco através da inclusão em seu sítio de outros eventos de forte apelo persuasivo. A cidade consolidada, mas demográfica e economicamente estacionada, manteria seu caráter até o último quartel da próxima centúria. Contudo, todo este equilíbrio sofreria uma forte implosão após Roma ser declarada capital da Itália em 1870, quase 10 anos em seguida à unificação do país em 1861. O primeiro grande erro praticado pelos agentes que concorreram para conceber e praticar as ações de remodelamento urbanístico e edilício foi o de insistir em fundar a nova capital justamente em cima da cidade dos papas, ao invés de buscar constituir um novo centro urbano para fora das muralhas imperiais, ou pelo menos deslocá-lo para as áreas de “vinhas” e campos ainda desabitados entre o denso tecido da Roma barroca e o perímetro dos muros. Mas na *Terza Roma* (aquela moderna, que deveria superar as duas primeiras – a Roma Antiga e a Roma dos papas), o ambiente ancestral será sobreposto pelas adaptações necessárias para acolher o imenso contingente de pessoas e veículos que estavam afluindo à cidade: devido às novas atribuições burocráticas e ao funci-

onalismo que chegava; oriundo da massiva e inevitável imigração, proveniente principalmente das regiões mais pobres do sul do país; em função do incremento dos setores de comércio e serviços necessários para a nova capital. Seria interrompida, deste modo, a delicada estrutura urbana preexistente em função do inchaço da cidade – de 200.000 habitantes em 1870, a cidade dobra de tamanho até 1895, e já possui 700.000 habitantes em 1920, antes da subida de Mussolini ao poder (INSOLERA; SETTE, 2003, p. 15); ao fim da segunda guerra mundial a cidade já contava com uma população de 1.500.000 (SANFILIPPO, 1993, p.15) e hoje possui mais de 3.000.000.

A primeira grande dificuldade era que cidade dos papas guardava toda sorte de problemas que naquele tempo seriam denunciados pelos profissionais ligados à nascente disciplina do urbanismo. Estas “patologias” deveriam ser “curadas” pelas intervenções redentoras em nome do saneamento, higiene, tráfico, “estética” e também em nome da história – entendendo-se por “história” a escavação e o isolamento de monumentos clássicos.

A Roma papal já havia visto notáveis demolições para a abertura de novas vias e praças ou para a construção de novos edifícios. Mas estas intervenções aconteceram sempre sobre a escala do já construído e se inseriram sem grandes dilacerações no precedente tecido edilício e viário. Depois de 1870 e até meados do século XX, o atraso cultural no campo urbanístico multiplicou as intervenções deste tipo em um ritmo impetuoso: por um lado vem a errônea decisão de construir a nova capital italiana sobre a cidade dos papas; por outro lado é estimulado abertamente um mal compreendido amor pela arqueologia clássica. Tudo aquilo que não é romano-imperial pode ser varrido impunemente da cidade. Este equívoco mortal da arqueologia é acompanhado por um outro erro estético cultural; a paixão pelo grande monumento, isolado do contexto urbano; a paixão pela obra de arte excepcional, isolada do resto da produção artística. (SANFILIPPO, 2004, p. 31, tradução nossa)

Mario Sanfilippo revela como a tônica das intervenções que Roma viria a sofrer como nova capital italiana estaria quase sempre

vinculada à ideia da demolição, conceito que jazia na base das maiores empresas urbanísticas do governo do novo país. Neste momento, havia praticamente um consenso sobre a má qualidade e a insalubridade dos bairros antigos (medievais, renascentistas e barrocos) da cidade, e, na verdade, qualquer empresa de destruição, de sventramento de enormes partes significativas do tecido urbano preexistente, praticamente não causava comoção – muito poucas vozes se levantariam contra estas ações.

Estes desventramentos, realizados na área mais delicada do núcleo urbano, tinham como objetivo alargar ruas ou trechos de ruas preexistentes reunindo-os a seguimentos viários que brotavam através da demolição de inúmeros edifícios ou de inteiras quadras, método adotado para a construção do Corso Vittorio Emanuele II, avenida que viria dilacerar todo o velho centro medieval e renascentista da cidade. Outras vezes, o caminho escolhido era mesmo a abertura de avenidas retilíneas, ou quase diretas – bem mais largas que aquelas concebidas em épocas passadas – rasgadas no frágil tecido denso e apertado preexistente. Neste caso, os exemplos mais imponentes foram as vias Nazionale e Cavour: a primeira aberta para ligar a principal estação ferroviária de Roma (a Termini) à Piazza Venezia, e que seria posteriormente conjugada ao Corso Vittorio Emanuele II para alcançar o Tevere e transpô-lo em direção ao Vaticano; a segunda rasgada no meio do *rione*<sup>2</sup> Monti, foi idealizada para promover um acesso direto entre a Termini e a área do Fórum Romano e Coliseu. Seriam as principais ações para trazer o tráfego de veículos ao âmago do denso núcleo da Roma papal, iniciativas que recairiam, fatalmente, na destruição de inteiros pedaços da cidade, áreas pulverizadas que eram pelo menos duas vezes maiores que aquelas necessárias para a calha da rua, eliminando inúmeros quarteirões antigos:

As coisas, na realidade, aconteciam de modo muito diferente: os desventramentos comportavam a demolição de todos os quarteirões e a sua reconstrução com formas edilícias modernas. A área destruída era muito maior que a avenida

que seria traçada em seu centro, freqüentemente mais do dobro, algumas vezes mais do que o triplo da área. Eram inteiras zonas da cidade que desapareciam, que eram colocadas à disposição da especulação com um mecanismo tecnicamente diverso daquela da expansão; aquele mecanismo que ao tempo de Napoleão se chamava eufemisticamente ‘embelezamento’ (INSOLERA, 1996, p. 374, tradução nossa)

Estes “embelezamentos”, conseqüentemente, interessavam profundamente aos especuladores que restituíam os alinhamentos das novas vias rasgadas após a demolição do casario pitoresco através da ereção de edifícios de 5 e 6 pavimentos, com uma arquitetura de matriz historicista inspirada nos antigos palácios barrocos, mas sem a qualidade e a pertinência das intervenções dos arquitetos do Cinquecento, do Seicento, do Settecento. Além do mais, os grandes monumentos civis da cidade barroca habitavam as ruas e avenidas preexistentes de forma dispersa e pontual, elevando sua prioridade hierárquica como elementos de destaque no tecido urbano – em contraste com o conjunto mais simples que lhe dividia o contexto.

No Corso Vittorio Emanuele II, na via Cavour, na via Nazionale, na via Arenula, ao contrário, todo o espaço é preenchido pelos imensos palazzi habitados pela classe favorecida que chegava à cidade; o que se apreende é a fileira de volumosas construções ecléticas sequencialmente distribuídas aos dois lados das avenidas, promovendo um engrandecimento da larga via recém-traçada, uma monumentalidade que não poderia estar mais distante do caráter intimista e fechado dos antigos rioni. Além disso, as novas artérias de tráfego acabariam gerando um desafio de escala aos monumentos civis e religiosos que teriam conseguido sobreviver aos desventramentos e que iriam preexistir completamente desambientados nas avenidas modernas. Obras mestras como as importantíssimas igrejas de Il Gesù, Sant’Andrea della Valle, o Palazzo della Cancelleria, a Chiesa Nuova e o Oratorio dei Filippini, foram poupadas da destruição, mas hoje aparecem espalhadas pelo Corso Vittorio Emanuele II, arruinadas em relação ao seu contraste dimensional preexistente, prejudicadas pela

perda do ambiente recolhido de suas praças originais, que, em sua maioria, desapareceram ou foram profundamente alteradas.

Os rioni ancestrais, dilacerados, cortados ao meio, separados implacavelmente pelas movimentadas vias, perderam grande parte de sua identidade e de sua continuidade artística. O mecanismo dramático que pressupunha a experiência de adotar o percurso sinuoso e apertado entre dois ou mais “eventos” sucessivos, processo perceptivo sempre sucedido pela surpresa de irromper em ambientes tão fascinantes, tão teatrais, como a Piazza Navona, por exemplo, é em parte extinto quando o transeunte passa a ter que vencer a barreira dos grandes e congestionados corredores de tráfego, organismos que acabariam, indiscriminadamente, afastando as duas metades dos rioni e bairros, antes unidas por complexas tramas morfológicas e cenográficas.

Durante o último quartel do século XIX os sventramenti também se apresentariam como a ação fundamental da maior empresa urbanística que o governo do novo país empreenderia para a sua capital, antes da era fascista:

Quando Roma se torna capital da Itália, imediatamente o Tevere se faz notar com a grande inundação de 1870. Em 1875 vários discursos parlamentares [...] derrocam nas leis de 1875-76, que decretam uma série de intervenções para conter as cheias do rio. Em seu percurso urbano o rio é regularizado, eliminando estrangulamentos, bordas irregulares, curvas mortas; para toda a área urbana a largura do rio é uniformizada em 100 metros; ao longo do curso d'água são construídas duas plataformas altas e largas, que servem de suporte e contraforte aos dois arrimos (os populares 'muralhões') com 17 metros de altura, superiores ao nível atingido pela água em 1870. Enfim, ao nível superior dos muralhões são traçadas as vias de tráfego, os lungotevere, largos 14 metros. [...] Somente em 1926 é completado o percurso urbano entre ponte Margherita e ponte Sublicio; enquanto nos vales e nos montes os trabalhos continuam até a segunda guerra mundial e até o pós-guerra. A necessidade de conectar as velhas pontes com os novos lungotevere e a demolição total do casario, palácios e portos às margens do rio – particularmente doloroso o desaparecimento do porto di Ripetta, ainda pior que o de Ripa Grande – modificam traumáticamente a relação da cidade com seu rio. (SANFILIPPO, 2004, p.30, tradução nossa)

Como coloca Sanfilippo, a contenção e a nova sistematização do Tevere através da regularização de seu leito, a construção de altos arrimos e a abertura das vias em suas margens (os lungotevere) foram trágicas para Roma, pois foi quebrada a histórica conformidade entre o núcleo urbano e seu rio, afastando, impiedosamente, os dois lados da cidade – que antes eram ligados por intrincados mecanismos paisagísticos. São incontáveis as quadras demolidas para efetivar a implantação do sistema viário, e para viabilizar a regularização do leito do Tevere com a largura de 100 metros, acarretando o desaparecimento de bairros inteiros – como o pitoresco gueto judaico, que foi, em sua maior parte, eliminado.

Na realidade, até a segunda metade do século XIX a relação de Roma com o Tevere era substancialmente diferente do que hoje se apresenta. As construções gregárias, enfileiradas e irregulares que constituíam o tecido edificado apresentavam-se diretamente engastadas nas praias, nos taludes ou nos restos das antigas muralhas às margens do rio – principalmente em seu lado oriental, mais densamente habitado. Não existiam ruas em suas bordas, o que só permitia a visão do curso d'água em poucas ocasiões: para quem alcançava os panoramas que se abriam do alto das colinas que envolviam o centro; para aqueles que se colocavam às margens do rio em uma das áreas desabitadas adjacentes ao núcleo urbano; diante dos dois portos fluviais da cidade (o Porto di Ripa Grande e o Porto di Ripetta); ao transpor uma das três travessas que cortavam o Tevere na área densamente habitada – a ponte de Sant'Angelo, a ponte Sisto, e as pontes que cruzavam à Isola Tiberina (Cestio e Fabricio). Neste caso, quando o transeunte deveria vencer o rio para irromper no outro lado da cidade, repentinamente saía da massa urbana compacta da Roma barroca para cruzar uma das pontes, normalmente precedida de um pequeno largo, onde eram descortinadas as imagens pitorescas do rio e das suas margens fortemente edificadas.

Toda esta trama dramática foi implacavelmente danificada pela contenção do rio e pela abertura dos lungotevere, prejudi-

cando a apreensão da unidade artística impressa na estrutura urbana da antiga capital pontifícia – além de alterar as relações sociais e econômicas provenientes da qualidade do rio como via de circulação de mercadorias, e de sua importância como agente fornecedor de força motriz a baixo custo.

Atualmente, o rio cria uma linha divisória clara entre os dois lados da cidade: os lungotevere normalmente se apresentam em conta mais elevada do que o ambiente urbano contíguo, o que altera tragicamente as relações topográficas originais; as avenidas criam grandes barreiras de tráfego que tornam quase imperceptíveis os antigos percursos de transposição do Tevere – trajetos que eram baseados na passagem direta do denso e fechado emaranhado de vielas de um rione, a outro intrincado ambiente além rio, ação que promovia a surpresa de capturar subitamente os panoramas abertos para as pitorescas margens edificadas, como também dava início à revelação do recinto tradicional que se alcançava à frente. Os prédios de grandes dimensões levantados nos lungotevere pela especulação imobiliária, as duas largas vias de tráfego, o leito do rio, regularizado, dilatado e cavado profundamente através de seus imponentes arrimos, todo este complexo irá se apresentar, mais uma vez, como um “evento” monumental em escala não condizente à da cidade adjacente, “episódio” que irá dilacerar o núcleo urbano, oferecendo pouca solução de continuidade com o ambiente preexistente.

Fica claro que os terrenos destinados aos edifícios que seriam assentados ao longo do Tevere ou que seriam alinhados nas novas avenidas, áreas liberadas a partir dos desventramentos praticados nos rioni tradicionais, alcançariam valores exorbitantes em função da nova infraestrutura urbana a ser implantada. Por isso, a especulação imobiliária teria sido uma das grandes, senão propriamente a maior, motivadora das intervenções aniquiladoras, iniciativas que ultrapassariam o simples desejo pela resolução de problemas de tráfego, de saneamento, de “embelezamento” da cidade, e se direcionariam para geração de

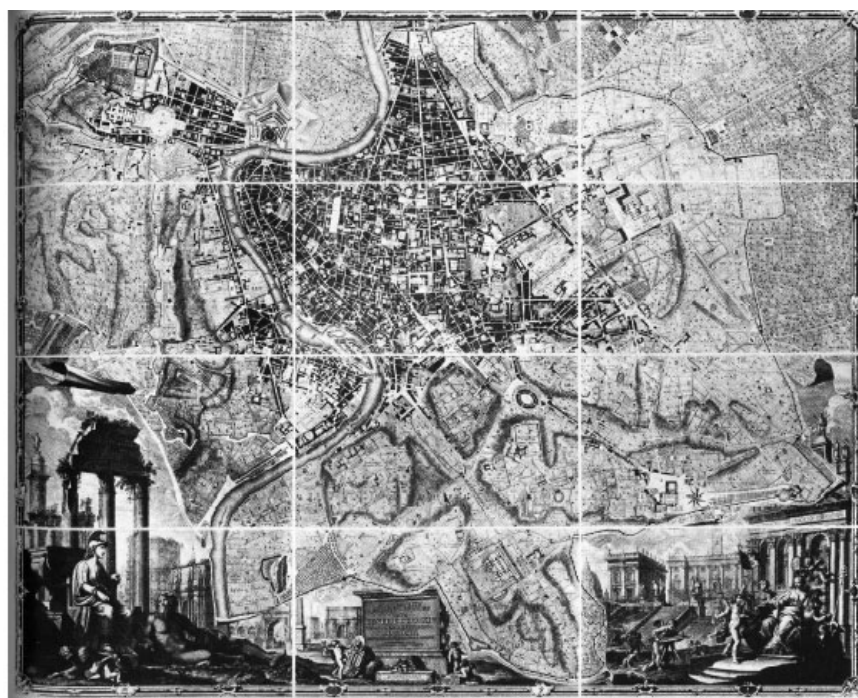


imensos lucros oriundos da venda dos terrenos postos à sua disposição. Este processo viria a contribuir decisivamente para a viabilização de mais uma ação gravemente destrutiva para a cidade. Herman Grimm, professor de história da arte da Universidade de Berlin, escreveu em 1886:

Belíssimas avenidas sombreadas de carvalhos e louros, aqui e ali permeadas por altos e volumosos pinheiros, tranqüilidade e ar balsâmico faziam da Villa Ludovisi um dos lugares de Roma que eram primeiramente nomeados quando se discorria sobre os encantos da Cidade Eterna. Sim, eu acredito, se perguntasse qual era o mais belo jardim do mundo, aqueles que conheciam Roma teriam respondido sem hesitar: Villa Ludovisi. Entre as coisas que, tornando-se Roma capital da Itália, vinha primeiro em mente a todos que conheciam e amavam Roma, era a esperança que aqueles jardins, com as belas construções e com as estátuas e os quadros contidos em seu acervo, se tornassem de domínio público e assim fossem facilmente acessíveis. Prever que sob o novo Governo a vila devesse ser destruída, como hoje acontece, e os louros, os carvalhos, os pinheiros abatidos, como hoje os vemos abater, seria então uma ofensa que nem mesmo o mais amargo inimigo da nova Itália teria ousado conduzir, porque lhe teria parecido uma enorme loucura. (GRIMM, 1886 apud INSOLERA, 2001, p. 52-53, tradução nossa)

Ao contrário da Roma imperial que chegou a possuir mais de um milhão de habitantes e que abrangia praticamente toda a extensão do espaço acolhido pelos 18 km do perímetro da muralha construída pelo imperador Aureliano, a Roma barroca não chegava a ocupar nem metade deste espaço. Na cidade dos papas, o trecho residual entre a massa edificada e seus antigos muros, principalmente as áreas das colinas que cercavam o núcleo urbano aos dois lados do rio, foi sendo gradativamente apropriado pelas famílias ricas, que ali construíram suas paradisíacas vilas ajardinadas – nobres residências e parques patrícios, diluídos na massa verde de extensos e “espetaculares” jardins, distantes da trama edificada compacta e insalubre do vale do Tevere, distantes das doenças, da Malária. Para a Roma barroca, este cinturão de vilas e parques era a

moldura verde que envolvia a mancha construída, situação que poderia ser desvelada através dos inebriantes panoramas capturados do alto das colinas, do Gianicolo, do Pincio, do Aventino. Era também o ambiente adequado para a evasão em relação ao tecido denso e apertado do núcleo urbano, um mergulho na ordenada natureza barroca através do “respiro”, que era imediatamente sentido por quem se aventurava além do casario. Portanto, propiciava experiências dramáticas diametralmente opostas àquelas derivadas do congestionamento de informações gradativamente sobrepostas e oferecidas ao passante no âmago dos rioni mais centralizados. Contudo, esta oposição cidade-natureza era absolutamente necessária para reforçar, por contraste, o “efeito surpresa” tão característico do Barroco e tão explícito na configuração da trama cenográfica da Roma papal (Figura 01)<sup>3</sup>.



A Villa Ludovisi, o mais belo jardim do mundo, segundo Grimm, foi apenas uma entre tantas vilas da aristocracia romana loteadas gerando lucros inimagináveis. Com exceção de algumas poucas propriedades que se transformaram em espaços públicos, como por exemplo a Villa Borghese, parte da Villa Doria Pamphili, a Villa Medici, os jardins do Pincio, a grande maioria das residências que constituíam o edênico cinturão verde da cidade desapareceram em nome da ampliação da área residencial da capital, vendidas a preço de ouro pelas tradicionais famílias da nobreza local, que não hesitaram em desfazer destes legados ancestrais. O resultado foi a perda daquela relação necessária da cidade com a natureza circundante, e a inclusão de uma massa edificada formada por bairros ordenados, regulares, totalmente alheios à antiga configuração urbana, ausentes do núcleo que se encontra logo abaixo, gerando a percepção de duas “Romas” independentes e desarticuladas.

#### A destruição da capital: a ascensão de Mussolini

Contudo, estes não foram os piores traumas que a cidade viria a sofrer. Na verdade, uma nova “onda” de intervenções demolidoras apareceria no segundo quartel do século XX. Desta vez o “mérito” recairia sobre Benito Mussolini, que governou a Itália entre 1922 e 1943. As palavras proferidas pelo Duce em 1925, por ocasião da posse do governorato de Roma, deixavam claras suas pretensões e o mecanismo para alcançá-las: transformar a “Cidade Eterna” em um palco adequado para a nova ideologia fascista.

As minhas idéias são claras, as minhas ordens são precisas e estou certo que se tornarão uma realidade concreta. Daqui a cinquenta anos Roma deve aparentar maravilhosa a todas as pessoas do mundo, vasta, ordenada, potente, como foi nos tempos do primeiro império de Augusto. Vocês continuarão a liberar o tronco do grande carvalho de tudo o que ainda o estrangula. Vocês farão várias aberturas em torno ao Teatro di Marcello, ao Campidoglio, ao Pantheon; tudo aquilo que foi edificado nos séculos de decadência deve desaparecer. Em cinco anos, da piazza Colonna e por uma

grande abertura deve estar visível a mole do Pantheon. Vocês liberarão também os templos majestosos da Roma cristã das construções parasitárias e profanas. Os monumentos milenares da nossa história devem agigantarse na necessária solidão. (MUSSOLINI, 1925, apud CEDERNA, 2006, p. 56, tradução nossa)

Mais do que o “lugar comum” do saneamento e da higiene – pretexto usado constantemente para justificar a destruição impiedosa de inteiros bairros medievais, renascentistas e barrocos – o Duce objetivava a completa transformação da cidade através da noção de aliar a modernidade que seu regime pressupunha, com a tradição que lhe interessava<sup>4</sup>. Para isso, também praticou inúmeras ações baseadas nos desventramentos de áreas urbanas antigas para a abertura de novas vias de circulação. Porém, ao contrário do que aconteceu durante as primeiras décadas da nova capital, quando as demolições foram compreendidas como oportunidade de obter imensos lucros através da ereção de edifícios residenciais multifamiliares acima dos escombros das antigas casas pulverizadas, as vias rasgadas nos pitorescos bairros pelo regime fascista interessavam demais à propaganda política, sendo escolhidas outras estratégias de reocupação.

Frequentemente os novos eixos abertos para a circulação não apresentariam qualquer edifício assentado em toda sua extensão, fato que se deu em nome da construção de uma imagem supostamente nobre e grandiloquente, principalmente quando estas vias nasciam margeando ou interrompendo importantes e vastas áreas arqueológicas – caso da mais celebrada avenida traçada por Mussolini, a via dell’Impero (hoje via dei Fori Imperiali), ou mesmo da via del Circo Massimo, corredor de tráfego que passaria acima do vazio que, por séculos, teria acolhido esta imensa estrutura da Roma antiga. Outras vezes, modernas construções, sempre dirigidas a funções ministeriais ou oferecidas a órgãos do governo facista, despontariam dispersas, aqui e ali, diluídas no vácuo construtivo que marcava os dois lados do corredor de tráfego – caso da via del Mare (hoje, via del Teatro di Marcello e via Petroselli). Fora da área arqueológica, as artérias abertas que continuariam dilacerando o centro

histórico seriam ocupadas por edificações remanescentes que teriam sobrevivido às demolições, bem como acolheriam importantes obras da arquitetura medieval ou barroca mutiladas, cortadas ao meio em nome da fluidez da avenida; dividiriam espaço com monumentos importantes que, desmontados por “estorvarem a perspectiva”, eram transpostos para novos sítios, implantados em um dos terrenos disponíveis na moderna avenida rasgada – ainda mais desambientados do que aqueles que restaram ilhados no contexto vil que se desenhava; as outras áreas eram adensadas por fileiras de edifícios contemporâneos, destinados quase sempre ao uso público, projetados segundo o gosto fascista – um misto de retórica classicista mal interpretada, com o típico despojamento moderno; uma arquitetura monumental de péssima qualidade que, obviamente, não conseguia se ambientar nos apertados e pitorescos rioni. Foi o caso, por exemplo, do Corso del Rinascimento, avenida aberta através de desventramentos praticados na área renascentista da cidade, entre a Piazza Navonna e a Piazza della Rotonda. Também foi o modelo seguido para a construção da via della Conciliazione, talvez a mais triste empresa urbanística que Roma sofreu em toda sua fase moderna, via aberta a partir da demolição de toda uma área da cidade, os Borghi, permitindo o acesso direto do Tevere à Piazza di San Pietro – só terminada em 1950, com a implantação dos últimos edifícios e equipamentos urbanos ainda de gosto autoritário<sup>5</sup>.

Segundo Sanfilippo, os mecanismos de intervenção baseados na tábula rasa eram herdeiros diretos das iniciativas que assaltaram o núcleo urbano nos 50 anos anteriores, e também sucessores das principais ações de renovação de muitas capitais europeias, iniciativas empreendidas antes da declaração de Roma como capital da Itália – como a Paris de Hausmann, por exemplo. Contudo, o que era novo para o caso da “Cidade Eterna” seria a radicalização, por parte dos fascistas, das ações de remodelamento urbano, com um consequente aumento vertiginoso dos procedimentos de demolição.

O resultado estético foi, contudo, muito diferente se comparado às intervenções anteriores, e os danos causados à cidade infinitos.

tamente maiores: por piores que fossem os primeiros desventramentos modernos, a densidade edilícia dos antigos rioni era parcialmente mantida ao se respeitar a tradição de promover a ocupação gregária das vias no assentamento da nova arquitetura. Esta arquitetura historicista, que preencheu os modernos corredores de circulação, não se adequava bem ao ambiente preexistente, como já foi discutido, em função do contraste dimensional que foi gerado; mas sua qualidade era muito superior e assumia um compromisso estilístico com a preexistência substancialmente maior se confrontada aos insólitos edifícios que irão povoar algumas das novas vias abertas por Mussolini. Além do mais, a concepção política e a propaganda fascista condicionaram o pensamento estético ao basear as intervenções na ideia do “fare grande”: o efeito de monumentalidade foi o que sempre se buscou ao impor a abertura de vazios gigantescos, de áreas “ocas”, ou de ocupação edilícia muito rarefeita, ações que lembravam mesmo alguns pressupostos da urbanística e da arquitetura pregada pelo movimento moderno – e há anos luz distantes do caráter que cidade, ao redor, aspirava.

Mas o conceito do Duce de “fare grande”, assim como o seu princípio de “fare largo” (algo como “fazer espaçoso”), não poderiam ser compreendidos desvinculados do pérfido uso que naqueles tempos se fez da ciência da arqueologia. Nos vinte anos do fascismo a arqueologia assumiria o papel de uma das mais importantes disciplinas para regime, e seria a base para a idealização e desenho das mais significativas intervenções na cidade. O grupo fascista foi acometido por uma folia romanista baseada no pressuposto histórico de que havia uma absoluta congruência entre a nova ordem italiana e a grande civilização romana imperial, como fica claro nas palavras proferidas pelo Duce em 1934: “Depois da Roma dos Césares, depois daquela dos Papas, existe hoje uma Roma, a fascista, cuja simultaneidade do antigo com o moderno, se impõe à admiração do mundo.” (MUSSOLINI, 1934, apud CEDERNA, 2006, p. 72, tradução nossa). Para os seguidores de Mussolini, o primeiro ministro teria resgatado a Itália de séculos de decadência, decadência repre-

sentada por todo arco temporal que se desenlaça da queda do Império romano até a Marcha sobre Roma em 1922, realidade histórica “sórdida” que atravessaria a Idade Média, passaria pelo Renascimento, pelo Barroco, e alcançaria até mesmo o Iluminismo. O Duce teria reconquistado a dignidade e principalmente a grandeza para a península, uma grandeza imperial só comparável àquela devida ao remoto passado que deveria ser desenterrado, que precisava novamente aflorar – a Roma dos césores.

Para a Itália fascista, Roma volta a ser a luz, a capital da nova ordem imperial – e, em breve, mais uma vez, civilizadora e dominadora do mundo. E para afirmar sua majestade era impositivo seu renascimento urbano através da implantação de um desenho revolucionário que revelasse a congruência entre herança da antiga civilização latina com o novo regime redentor; a aliança entre a Roma de Augusto e dos governantes que o sucederam, e a Roma de Mussolini e dos fascistas. Para isso, os monumentos que representavam a era imperial romana deveriam “agigantar-se na necessária solidão”, deveriam reinar absolutos em meio a uma vasta estrutura urbana reformulada. Toda o “entulho” que ofendesse a verdadeira história do povo italiano, ou seja, o acervo arquitetônico e o tecido urbano levantados nos “séculos de decadência”, precisava desaparecer em nome da ordem e da decência. As consequências foram desastrosas:

O fato que em Roma, como em qualquer outra cidade, entre os monumentos antigos e o presente ao invés de água ou terra ou lava, existisse no meio simplesmente a história, foi considerado, ao contrário, circunstância irrelevante. Foi um equívoco despropositado. A arqueologia foi forçada a transformar-se em urbanística, a urbanística em trabalho de escavação: os arqueólogos improvisados como urbanistas e os urbanistas improvisados como arqueólogos, alucinados por uma única fixação, aquela de eliminar cada diafragma entre a Antigüidade e o próprio fanatismo, desenvolvendo uma espécie de olho radiográfico apontado exclusivamente para a ruína escondida, completamente cegos para os bairros renascentistas ou a igreja barroca que a cobria. A admirável estratificação dos séculos (aqueles ‘séculos de decadência’ que precisavam ser ‘removidos’ do caráter e da história dos italianos), isto é a Roma medieval,

renascentista, barroca, neoclássica, foi considerada na mesma medida que um depósito aluvionário que deveria ser extraído e peneirado. Baseado nestas premissas, que negavam os princípios da cultura urbanística e arqueológica moderna, a re-exumação da romanidade se reduziu a uma miserável recuperação de ossos calcinados e dentes cariados, destinados a serem submersos pelo asfalto, pelo tráfico e pela especulação, enquanto a Roma moderna se transformava em um esquálido e inumano subúrbio. Como na abertura de um antigo sepulcro os ossos viram pó, assim os desventramentos não restituíram, para a antiga Roma, mais do que fantasmas e escombros. (CEDERNA, 2006, 79, tradução nossa)

Portanto, como coloca Cederna, a arqueologia tomou a frente das principais intervenções urbanas, sempre com o objetivo de escavar, liberar e isolar os monumentos imperiais mais significativos, das construções que lhes ocultassem ou prejudicassem a leitura, mesmo que o processo acarretasse na pulverização de inteiros bairros históricos. Na realidade, esta ideia do isolamento dos monumentos antigos compreendidos como estruturas mais significativas no confronto com o tecido urbano medieval, renascentista, barroco que lhes sobrepunha, não era exatamente uma novidade para a cidade de Roma. Insolera e Perego revelam como já em 1870, dois meses após a invasão de Roma pelas tropas italianas propondo o fim do regime do Estado da Igreja, uma comissão de arquitetos e engenheiros nomeada pela junta provisória de governo já acenava para a ideia da liberação e isolamento de monumentos:

Critério geral ao qual a comissão se inspirava era aquele então recorrente que a cidade existente era substancialmente feia e que deveria ser ‘embelezada’: por isso se propunham ‘em torno aos principais monumentos todas aquelas demolições que concorrem a dar-lhes maior imponência’ e ‘também de fazer ressaltar-lhes a beleza artística, envolvendo-os com deliciosos jardins’. É sobretudo assim que se pensa: e uma vez que são considerados como elementos panorâmicos, mesmo os edifícios arruinados são interpretados como adorno, como objeto a inserir em um novo contexto e neste serem julgados” (INSOLERA; PEREGO, 1999, p. 5, tradução nossa)



Porém, a escala das demolições associadas às escavações que se praticaram até a subida ao poder de Mussolini, era ainda, sobre certos aspectos, reduzida, apesar de quase nunca pertinente. Sobre este aspecto, é interessante analisar a complexa história da zona arqueológica dos Fóruns Imperiais e da colina do Campidoglio para se traçar um juízo sobre os níveis de intervenção e as perdas sofridas na cidade barroca por conta das renovações urbanas e da arqueologia.

### Arqueologia da destruição: liberação do Campidoglio e a via dell'Impero

Quando, em 1882, foi lançado um concurso internacional para o monumento ao primeiro rei da Itália, os concorrentes deviam também indicar o sítio onde construí-lo: a maioria se orientou para a Piazza dell'Esedra, também prescrita pelo projeto vencedor do francês Nenot. Mesmo tendo sido a idéia da maioria além da idéia vencedora, as autoridades a descartaram imediatamente e seguiram uma das outras indicações: decidiram, assim, construir o monumento como fundo cenográfico do Corso na Piazza Venezia. Para realizar este projeto, a partir de 1885, se demoliu metade da colina Capitolina: desapareciam via della Pedacchia, via di Testa Spaccata, via di Marforio, via della Ri-presa dei Berberi, e monumentos insígnies como a Torre di Paolo III. [...] Terminadas tais colossais destruições se percebeu que a parte inferior da colina era inexistente, terra proveniente de aterros e nada mais; mas não se abandonou o projeto que requereu portanto enormes despesas para as fundações. Ao início do século a velha Piazza Venezia não havia sido ainda destruída, mas por trás, nas ruínas do Campidoglio, a construção daquilo que Papini chamará 'mictório de luxo' e que outros definirão a 'dentadura de Roma', já emergia na fileira dos tetos e das cúpulas da cidade, sufocando a belíssima igreja de Ara Coeli e a michelangesca Piazza del Campidoglio; o absurdo da construção do monumento – o mais colossal que foi construído em época moderna – era já patente, por um lado, nas proporções e na cor, por outro, nos escândalos relativos ao fornecimento de botticino, a pedra que o reveste inteiramente. (INSOLERA, 2001, p. 77-78, tradução nossa)

Em consequência da edificação da colossal estrutura do monumento a Vittorio Emanuele II, bem como da condição que a

Piazza Venezia assumiria como ponto de confluência do tráfego de três das mais importantes artérias que cortavam a região central – a via Nazionale e o Corso Vittorio Emanuele II, corredores de circulação recém-rasgados no núcleo da cidade, assim como a via del Corso, principal eixo retilíneo da Roma barroca – toda a área ao norte do Campidoglio começaria a ser profundamente alterada através de massivos desventramentos, mesmo antes do período de Mussolini. As demolições das edificações que se amontoavam ao pé da encosta do monte Capitolino, nas proximidades da Piazza Venezia, eliminaria todo um estrato importante da história da cidade de Roma, uma ocupação urbana ancestral de caráter simples, mas pitoresco, que desaparece para dar lugar à desproporcionada mole do monumento ao rei, estrutura que será engastada ao Campidoglio, justaposta à face norte da colina. Os terraços mais baixos e as escadarias que se abrirão para o “elefante branco” se espalharão para além do pé do monte destruindo ruas e quarteirões e alcançando as proximidades da Piazza Venezia.

Contudo, como coloca Insolera, o “pisciatoio di lusso” tinha sido idealizado para funcionar como o fundo cenográfico da via del Corso, visível desde o início do grande eixo perspectivo, na Piazza del Popolo, há mais de um quilômetro de distância. O problema é que o Palazzetto Venezia estorvava a perspectiva, pois se levantava ao final do Corso, na frente da Colina do Campidoglio e da mole do Vittoriano. Qual foi a solução adotada? Da mesma forma que Palazzo Venezia, o Palazzetto era um típico edifício romano de meados do século XV, obra da transição do estilo fortificado do medievo para a modenatura ordenada e elegante do Renascimento (LOMBARDO, 2005, p. 8).

Mas, seu grande valor consistia no modo como definia interessantes orientações urbanas em função de sua localização original: sua forma quadrangular encontrava-se engastada a um dos vértices do grande palácio homônimo, definindo o limite sul da Piazza Venezia, que se abria ao norte para a chegada da via del Corso; já a oeste aparecia como a barreira ocidental da Piazza di San Marco, onde se encontrava a igreja de mesmo nome, templo

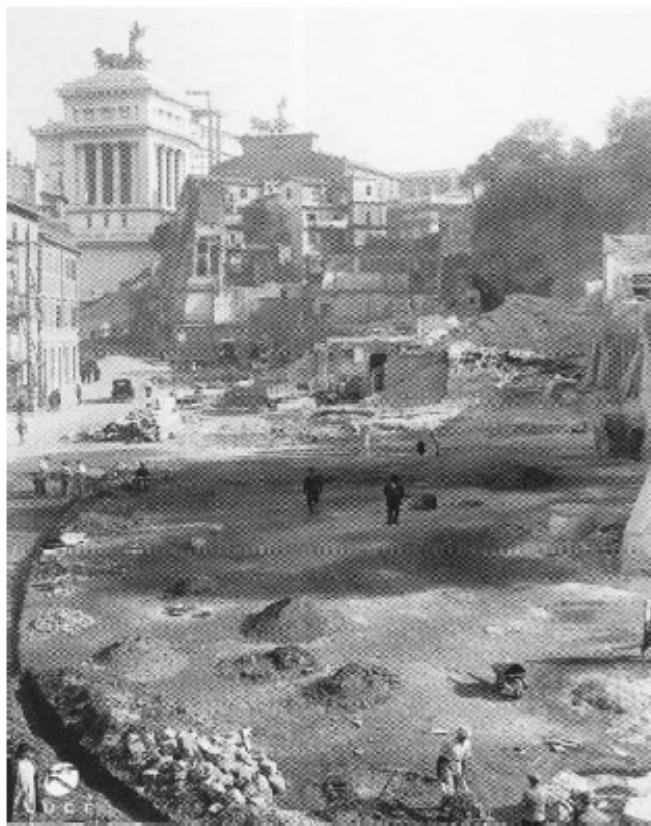
que se desenvolvia dentro da mole do próprio Palazzo Venezia. Para liberar a perspectiva que interrompia a vista do Vittoriano ao final do Corso, o Palazzeto foi desmontado entre 1909 e 1910 e reconstruído pouco mais a oeste, alinhado com a face oriental do Palazzo Venezia, à esquerda da entrada da basílica de San Marco. Foi perdida, portanto, a condição do edifício como “divisor de águas” entre as duas praças supracitadas, que acabariam unidas pelo vazio que se estabeleceu. Unidas e ampliadas desmesuradamente em função dos desventramentos promovidos pela “dentadura de Roma”, como também pela contemporânea derrubada do Palazzo Torlonia (1900), edifício que encerrava a Piazza Venezia em sua face leste, adjacente ao Palazzeto ao final do Corso – no lugar do palácio demolido será construído, um pouco recuado, um edifício historicista com arquitetura similar à do Palazzo Venezia, um medíocre “pastiche” medievo-renascentista pensado para promover, em conjunto com o simétrico monumento quattrocentista que se levantava do outro lado, uma visão perspectiva regular no ambiente imediatamente anterior ao Vittorio Emanuele II. Portanto, as duas praças ancestrais são perdidas irremediavelmente quando são unidas, ampliadas absurdamente, e quando passam a dividir injustamente a atenção com o gigantesco e chamativo monumento ao rei, alterando as relações de escala e de hierarquia de todo o contexto urbano, e, por extensão, de toda a cidade.

Mas o pior ainda estava por vir, como já foi acenado, com a subida de Mussolini ao poder. Até então, nunca os arqueólogos haviam tido tanta participação na definição dos destinos de uma cidade; oportunamente o regime fascista oferecia-lhes inúmeras possibilidades de trabalho e de assumir cargos importantes nas diversas esferas de poder. Comandados pelo mais radical de todos, Antonio Muñoz, diretor e inspetor geral da Antiguidades e das Belas Artes do governadorado da capital, estiveram à frente das intervenções viárias que definiriam a atual feição que se reti-

ra das áreas em volta de todo o monte Capitolino e da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais.

Inicialmente, trabalhando nas encostas e nas áreas vizinhas à colina do Campidoglio, ainda nas proximidades da praça aberta através da fusão da Piazza Venezia e da Piazza San Marco, a ideia dos técnicos e de Mussolini era eliminar todas as construções medievais que estivessem assentadas no monte e na sua base nas proximidades do Vittoriano para descobrir outros vestígios da Roma antiga e, mais especificamente, revelar a Rupe Tarpea, a mitológica rocha descrita pelos historiadores romanos de onde eram supostamente jogados os condenados. Mas a fúria destrutiva de Muñoz não pôde ser contida e acabaria alcançando uma dimensão de absoluta insanidade: após a demolição das áreas nas proximidades da Cordonata de Michelangelo (a rampa que levava à Piazza del Campidoglio), e depois das profundas escavações empreendidas na colina – em sua parte superior e na encosta, na área então desolada –, constatou-se que a Rupe Tarpea não se assentava no lugar em que se acreditava, e sim exatamente no lado oposto, na face sul do monte (CEDERNA, 2006. p. 130); incansável, o arqueólogo ordenou que fosse feita tabula rasa das construções remanescentes e dos quarteirões que ainda obstruíam todo o monte para liberá-lo completamente, particularmente a área das proximidades da bela Piazza Montanara e da via della Consolazione (que alcançava as escavações do Fórum por trás do monte) – assim, seria viabilizada a descoberta da rocha e seria aberta a possibilidade de se apreciar de forma “imaculada” todo o acidente geológico da colina do Campidoglio, sendo preservados apenas o Palazzo Cafarelli, a igreja de Santa Maria in Aracoeli e a piazza del Campidoglio (Figura 02)<sup>6</sup>.

Renovação urbanística da cidade de Roma após o risorgimento : fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana - *Rodrigo Espinha Baeta*



Entretanto, outra motivação mais funesta levaria Mussolini e seu arqueólogo a dar prosseguimento a esta empresa: a abertura da via del Mare, grande corredor de tráfego que a partir da Piazza Venezia contornaria a colina Capitolina desventrando o tecido urbano dos rioni Campitelli, Sant'Angelo e Ripa, arrasando a Piazza di Aracoeli, a Piazza Montanara, a Piazza Boca della Verità até chegar ao Circo Massimo de onde seguiria em direção ao mar.

Assim, a insana “arqueologia” e o tráfego massivo aniquilaram a fabulosa praça de Aracoeli, ambiente que se configurava como a suave abertura do eixo perspectivo que nascia na praça onde se assentava a igreja de Il Gesù e a unia, em um majestoso enquadramento perspectivo, à Cordonata e à íngreme escadaria que brotava contígua à rampa de Michelangelo e depois galgava a

colina Capitolina para atingir a igreja de Santa Maria in Aracoeli. Deste modo, a acolhida e direcional praça de Aracoeli é unida à imensidão árida e desarticulada da Piazza Venezia, para depois formar a triste e movimentada artéria da via del Mare. Mais à frente, para isolar o Teatro di Marcello e a igreja de San Niccolò in Carcere, foram jogadas abaixo todas as construções que se estendiam entre os dois monumentos, bem como todos quarteirões que compunham a Piazza Montanara, a preferida de Goethe (INSOLERA; SETTE, 2003, p. 64), que desaparecerá totalmente no “mar” de asfalto da nova via de circulação. Também serão apagados os limites construtivos da Piazza Boca della Verità, também incorporada ao eixo de tráfico, que, por sua vez, será pontuado por esquálidos edifícios do poder fascista, que acabariam vagando dispersos por trechos da avenida<sup>7</sup>.

Dando prosseguimento à barbárie e, como complemento das intervenções de “redenção” da colina Capitolina e da abertura da via del Mare, Muñoz encabeçaria a mais sórdida entre todas as insólitas iniciativas urbanísticas: o total aniquilamento do bairro dos Pantani e adjacências em nome da escavação das ruínas dos Fóruns Imperiais e da abertura da retilínea via dell’Impero (inicialmente concebida para ser chamada de via dei Monti, por ganhar a direção da região dos castelos romanos) – avenida que, após contornar, à esquerda, o monumento a Vittorio Emanuele II, daria continuidade à via del Mare para além da Piazza Venezia, cortando a área dos Fóruns, passando pelo Colosseo e subindo em direção à San Giovanni in Lateranno. Insolera resume a enorme contradição explicitada no confronto entre a ação que teria impulsionado o empreendimento – a escavação dos Fóruns de César, Augusto, Nerva, Vespasiano, Trajano – e aquela que foi a real motivação da empresa, a constituição da “monumental” via dell’Impero:

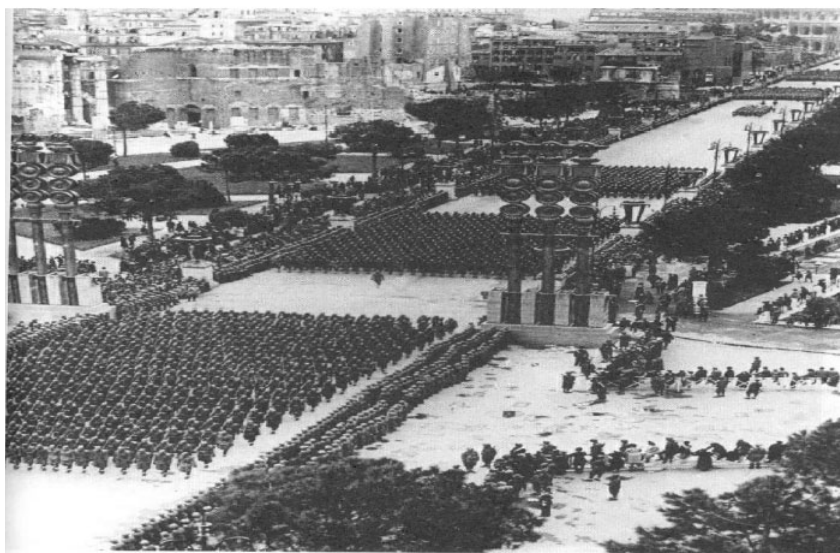
A incultura era acompanhada sempre pela incoerência; o efeito das escavações não foi o de nos mostrar o conjunto dos Fóruns imperiais como César, Augusto, Nerva, Vespasiano, Trajano os tinham construído e como os

romanos os haviam utilizado por tantos séculos. Sobre a maior parte dos fóruns foi aplicada a plataforma de concreto da via dell'Impero, sepultando sob uma camada bem mais dura quase tudo que deveria ser escavado. Ao fim restaram, escondidos sob a avenida e os canteiros, cerca de 97 % do Fórum de Trajano, 54 % do Fórum de Augusto, 85 % do Fórum de Nerva, 60 % do Fórum de César e todo o Fórum de Vespasiano. [...] Além disso, a enorme plataforma da Via dell'Impero quebrou em duas partes o ambiente unitário dos Fóruns: de um lato o Fórum Republicano e aquele de César, do outro a parte extrema dos Fóruns de Nerva, de Augusto, de Trajano. Uma das grandes características da Roma antiga foi propriamente a continuidade dos Fóruns, a retomada de um imperador a outro deste único tema: a ampliação do centro de Roma através de uma série de intervenções prostradas por séculos. Dar-se conta disso é hoje tão impossível quanto antes dos desventramentos fascistas." (INSOLERA, 2001, p. 132-133, tradução nossa)

Grande riqueza o bairro quinhentista dos Pantani guardava em sua interface com a cidade, e especialmente com a área do Campo Vacino, o antigo Forum Romano, já largamente escavada na época de Mussolini. As demolições injustificadas aboliram mais de 400 anos de história, tempos marcados pela interessante sobreposição de um tecido edificado denso, de monumentos barrocos e ruínas de edifícios romanos dos Fóruns imperiais: tudo perdido. Nada sobrou: casas, igrejas, conventos, ruas, quarteirões – mais de 5500 vãos habitacionais arrasados (INSOLERA, 2001, p. 130).

Mas, como revela Insolera, os próprios arqueólogos e arquitetos ligados ao regime fascista, profissionais submissos ou oportunistas, que já haviam concebido anos antes a sonhada intervenção de escavação da área imperial e isolamento de suas ruínas mais significativas, se curvaram e aceitaram incondicionalmente a perda de bem mais da metade do importante e gigantesco sítio arqueológico: perda da almejada riqueza histórica da Roma dos cézares para o asfalto, para os veículos. Também não contestaram, pelo contrário, incentivaram a divisão da área do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais pela avenida, fraturando não só o preexistente tecido barroco, totalmente pulverizado, mas

a própria continuidade da área arqueológica. Mais interessante ainda é a atuação de Muñoz como manipulador dos dados das escavações para afirmar a ausência de valor da importantíssima Colina della Velia, que se levantava ao lado do Fórum Romano, na altura da Basílica de Massenzio e nas proximidades do Colosseo<sup>8</sup>. A colina deveria ser completamente aplainada em nome da regularidade da via dell’Impero e em nome do desejo do Duce de ver o Colosseo da Piazza Venezia. Ao final de 1932, quando já havia sido desaterrada a Velia e a última casa que interrompia a avenida acabava de ser demolida, o Colosseo finalmente pôde ser vislumbrado da praça. Mussolini exclamaria: “Roma tem agora, em seu centro, uma avenida verdadeiramente adaptada para suas grandes paradas militares, até hoje confinadas na periferia e no campo.” (MUSSOLINI apud CEDERNA, 2006, p. 182, tradução nossa). O primeiro ministro revelou claramente a verdadeira motivação que o levou a traçar a triste, desolada, desértica via, um afronte a beleza da cidade, uma agressão à história e à arqueologia (Figura 03)<sup>9</sup>.





As intervenções praticadas após o Risorgimento, e especialmente as realizadas na era fascista, conseguiram implodir um importantíssimo e imenso trecho da cidade – a área da colina do Campidoglio, despida de seu rico entorno de formação medieval, renascentista e barroco, conjugada com o ambiente arqueológico do Fórum Romano e dos Fóruns Imperiais, fraturado pelas escavações e, finalmente, totalmente alterado pelo aniquilamento do bairro quinhentista dos Pantani, ao pé dos montes Quirinale, Viminale. As áreas que antes envolviam as praças Venezia, San Marco, Aracoeli, ambientes recolhidos, com uma escala condizente à produção dos contrastes dimensionais que valorizavam hierarquicamente os monumentos que despontavam – circunstâncias que revelavam absoluta sintonia com os mecanismos de pontuação de eventos dramáticos que seriam apropriados pela Roma barroca – foram unidas em um grande vazio que absorveria o tráfego de quatro das maiores artérias de circulação modernas – via Nazionale, Corso Vittorio Emanuele II, via del Mare e via dell’Impero – além da via del Corso, gerando o mais caótico e desagradável ambiente do centro da cidade.

### Via della Conciliazione

Este artigo não poderia ser finalizado sem uma breve discussão acerca de outra polêmica ação destrutiva do governo de Mussolini: a abertura da via della Conciliazione, a grande avenida retilínea que daria acesso direto à Piazza di San Pietro.

Não há dúvidas da latente importância que os Borghi, bairro que se encontrava na margem oposta do rio Tevere, ostentavam em relação à cidade de Roma, ao Vaticano, e principalmente à Piazza di San Pietro, projetada por Gian Lorenzo Bernini. Até o século XIX, a densa área que se concentrava do outro lado do rio Tevere, sistematizada e protegida pelo papa Leone IV (847-852), se apresentava como um ambiente relativamente independente em relação ao centro urbano e mesmo ao rione vizinho de Trastevere

– seu sistema defensivo era autônomo e envolvia basicamente o Castel Sant’Angelo, o complexo do Vaticano, e os quarteirões residenciais de origem medieval, os Borghi. O conjunto da praça e da basílica de San Pietro se encontrava ao fundo, na extremidade ocidental da área habitada da cidade.

Para alcançar a grande Piazza, era necessário vencer a ponte de Sant’Angelo, “evento” que se configurava como uma massiva experiência barroca: encantava o espectador em função da imagem perspectiva que se abria para o castelo homônimo, enquadramento forçado pelas esculturas dos anjos sequencialmente enfileirados, idealizados por Bernini, e assentados acima das balaustradas; também seduzia o passante por oferecer a imagem distante, capturada à esquerda, da fachada (muito interrompida pela massa edificada dos Borghi) e da cúpula de San Pietro – o último panorama da basílica que seria revelado ao transeunte até, enfim, alcançar a praça.

Vencendo a ponte, o fruidor perdia quase todo o contato visual com a basílica ao ter que irromper no tecido denso e confuso dos Borghi. Não obstante, abria-se dois estreitos caminhos que poderiam dar acesso direto à praça de San Pietro: à esquerda o Borgo Vecchio, via medieval praticamente retilínea, reordenada pelo papa Nicolò V em meados do Quatrocento; e à direita, o fechado eixo perspectivo do Borgo Nuovo (antes via Alessandrina e via Recta), rua traçada por Alessandro VI para o jubileu de 1500 (INSOLERA, 1996, p. 24). Entre os dois caminhos assentava-se uma sequência surpreendente de estreitos quarteirões conhecidos como a spina dos Borghi (Figura 04)<sup>10</sup>.

Renovação urbanística da cidade de Roma após o risorgimento : fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana - *Rodrigo Espinha Baeta*



O percurso pelos eixos alcançava igrejas e palácios importantes (como a igreja de Santa Maria Transpotina, na face norte do Borgo Nuovo, monumento salvo das demolições fascistas); na spina, a meio caminho, dominada pela igreja de San Giacomo, abria-se a pitoresca Piazza Scossacavalli, com bela fonte e importantes edifícios como o Palazzo Torlonia (Figura 05)<sup>11</sup>.



Finalmente, mais à frente, os dois eixos alcançavam, em lados opostos, a Piazza Rusticucci, um largo idealizado por Bernini e aberto imediatamente antes do ingresso à praça, ambiente que permitia que fossem descortinados, pela primeira vez, os panoramas que iriam ganhar todo o conjunto de San Pietro. É o momento em que a cúpula mais se apresentava, e o instante em que a praça podia ser inteiramente apreciada através de atraentes visões oblíquas – já que os dois eixos jamais apontavam para imagens frontais e chapadas do complexo; pelo contrário, despejavam o transeunte nas extremidades laterais aos acessos à Piazza.

Aqui, é possível compreender uma das maiores motivações tomadas por Bernini para conceber o desenho da praça como uma elipse desenvolvida na transversal: os percursos naturais que a grande maioria dos fiéis assumia para alcançar San Pietro eram os trajetos do Borgo Vecchio ou do Borgo Nuovo, e estes encaminhamentos levavam o transeunte diretamente aos focos das elipses, revelando que o mestre se apropriou claramente da preexistência ao projetar a sua maior obra.

A conjugação da Piazza di San Pietro com os Borghi representa a típica filiação da arte do século XVII frente ao apelo persuasivo.

Efetiva a consagração da autoridade histórica da basílica como eixo central do mundo católico através da presença, em uma única estrutura, de inúmeros artifícios de exaltação dramática: a surpresa – expressa no ato de cruzar a colunata ou de atingir a Piazza Rusticucci e se deparar com a praça monumental após o longo percurso pelas ruas estreitas do bairro medieval; a alegoria - sugerida na forma do conjunto cúpula-basílica-praça como a representação da cabeça, corpo e braços de Deus acolhendo a toda humanidade; a dilatação – anunciada no reflexo da cúpula fechada, “projetada” no espaço aberto e expansivo da Piazza elíptica; o direcionamento infinito – conseguido no jogo “mágico” da formação do leque das colunas que modelam a praça. Segundo Portoghesi, o que oferece o “tempero” para todas estas experiências relatadas é o movimento do fruidor, que desvela aos poucos, como no teatro, toda a trama sugerida:

Bernini se preocupa com a eficácia das várias imagens que as suas estruturas produzem enquanto o espectador as observa movendo-se: mas não renuncia a indicar uma visada privilegiada que assume o objetivo de reabsorver sinteticamente os vários momentos da leitura. Na arquitetura acontece a mesma coisa: se raciocina e se projeta ainda em termos de eixos e percursos hierarquicamente distintos, mas a visão axial só tem o objetivo de conectar em uma unidade os tempos de uma narração contínua que se desenrola durante a completa estrutura do espaço, que quer ser indagada e vivida em cada mínimo particular. (PORTOGHESI, 1997, p. 21, tradução nossa)

Incrivelmente, após sua morte, inúmeros artistas, burocratas e governantes, não compreendendo a complexa trama desenhada por Bernini, almejaram, inconsequentemente, eliminar a spina dos Borghi para abrir um grande e largo eixo perspectivo que permitisse a visão axial distante da igreja e de sua cúpula – começando pelo seu próprio aluno e parceiro, Carlo Fontana. Mais foi muito mais tarde, novamente por ordem de Mussolini, que o empreendimento foi levado adiante:

No início dos anos 30 Attilio Spaccarelli dá início a um estudo para a demolição da ‘spina dos Borghi’; em 1934 se une a ele Marcello Piacentini. Conjuntamente (induzidos pelas altas

hierarquias fascistas e vaticanas) colocam o seu projeto para a aprovação de Mussolini em 20 de junho de 1936; em 28 de junho o apresentam a Pio IX, que o acolhe como obra de grande valor: na prática a demolição da ‘spina dos Borghi’ é filha legítima do Acordo de 1929 (a criação do estado do Vaticano). [...] De fato não é abatida somente a spina entre Borgo Vecchio e Borgo Nuovo; são remanejados (especialmente nas fachadas), reconstruídos, re-alinhados, os edifícios sobre as testadas dos dois lados da nova via; outros edifícios são transportados e reconstruídos sobre novos alinhamentos na via della Conciliazione. (SANFILLIPO, 1993, p. 142, tradução nossa)

Assim, o percurso bi-axial de acesso à Piazza di San Pietro, com todas suas nuances e surpresas – igrejas, palácios, praças – foi jogado abaixo. Só a demolição da “espinha”, que demorou menos de um ano, expulsou quase 5.000 pessoas, desalojadas para povoar ainda mais a periferia da cidade. Após a guerra os trabalhos continuaram – ainda com a coordenação do fascista Marcello Piacentini. A nova via foi inaugurada com pompa e circunstância, com seus obtusos edifícios modernos, que preencheriam grande parte das duas faces da avenida, com a reformulada e fria Piazza Rusticucci (atualmente Piazza Pio XII), e com as ridículas luminárias colocadas por Piacentini no avançar da década de 40, conhecidas como os “supositórios do papa” (Figura 06)<sup>12</sup>.



## Segundo Benevolo:

A desastrosa iniciativa de abrir a via della Conciliazione (1936-1950) eliminou em grande parte tanto a gradação dos efeitos ao longo do eixo longitudinal como o desequilíbrio entre as vistas axiais e angulares. Na realidade, introduziu uma vista distante onde a sucessão dos elementos escalonados em profundidade é aplainada em uma imagem bidimensional e a montagem berniniana resulta interrompida pelas construções laterais, deixando destacar-se livremente a composição michelangesca – cúpula e fachada – em sua forma abstrata original; sublinhou indevidamente o itinerário axial, reduzindo as colunatas a fundos secundários e o óvalo a uma esplanada viária; deu a praça Rusticucci um caráter áulico e até conferiu aos novos palácios, com ridículo mimetismo, as mesmas marcações da colunata. E assim esta obra, síntese do classicismo moderno, resumo de todo o ciclo de experiências que vão de Bramante e chegam até Bernini, foi mutilada, há pouco mais de 30 anos, com esta drástica determinação, apesar do grande aparato de estudos históricos e evocações retóricas que precederam e concorreram para este feito. (BENEVOLO, 1981, p. 814)

## Considerações finais

*“A velha Roma é ainda indescritivelmente bela e diante dos novos bairros basta simplesmente fechar os olhos”* (BURCKHARDT, 1883, apud PRETE, 2002, p. 13, tradução nossa)

Por pelo menos 80 anos, de 1870 a 1950, em nenhuma das intervenções urbanas que a cidade viria a sofrer, os complexos mecanismos de apreensão barroca da cidade foram respeitados. Na maioria das vezes a insensibilidade levou a ações incompatíveis com o percurso histórico e com o caráter artístico das áreas e dos monumentos, como no caso da abertura da via della Conciliazione – situação curiosa, pois nem se justificaria minimamente em nome do tráfego; só mesmo em nome da arrogância, da incompreensão do valor do maior monumento cristão, da insensibilidade do governo fascista e do vaticano, do uso do espaço como mecanismo para sublinhar um desejo inconsequente por poder.

Outras cidades chegariam a sofrer intervenções muito mais radicais do que Roma, perdendo mesmo todo o seu caráter preexistente. Mas, nestes núcleos importantes foram constituídos cenários modernos de grande propriedade – é só pensar em Paris. Em Roma tem-se a impressão de que 80 anos de mutilações não favoreceram em nada a cidade; não lograram gerar um ambiente alternativo de real valor. Na verdade, as ações umbertinas e fascistas só danificaram o espaço preexistente, espaço de qualidade estética e ambiental indiscutível: as intervenções de liberação destruíram a relação dimensional entre diversos monumentos e o seu singelo contexto, relação de contraste que só tornava a obra mais significativa; os desventramentos para abrir avenidas de tráfego separaram partes da cidade antes ligadas por intrincadas tramas cenográficas; a ocupação de quase toda a área do cinturão verde da Roma barroca eliminou o respiro e o confronto fascinante com a massa edificada; as escavações contribuíram para gerar a descontinuidade em inúmeros trechos do tecido urbano; e algumas áreas foram mesmo pulverizadas, como o complexo formado pela Piazza Venezia, Campidoglio, Fóruns Imperiais e Fórum Romano. Argan resume:

A questão dos panoramas ou das perspectivas não é, para uma cidade como Roma, uma questão de pouca importância, mas a sua colocação foi totalmente errônea. Com a destruição dos grandes parques patrícios, não apenas foram sacrificadas preciosas zonas de respiração mas foi destruído o principal fator da ‘surpresa’ barroca. Mas quando se pensou em devolver a Roma um espaço, esqueceu-se a ‘escala humana’ e se quis resolver a um só tempo as questões viárias e as de perspectiva. As vias foram concebidas como binóculos, com um resultado diametralmente oposto ao da ‘surpresa’ barroca. Determinou-se assim aquela espacialidade genérica e informe que se abre aqui e ali, como um esgarçamento, no tecido denso e vário da cidade barroca: Via del Mare, Via dell’Impero, Via della Conciliazione, Corso del Rinascimento. Para complicar as coisas também se intrometeu ali a arqueologia, ‘potencializada’ como ciência oficial do regime. Os escombros dos monumentos romanos, antes familiarmente ambientados no pitoresco romano, se tornaram (mais ou menos restaurados) os esqueléticos, fantasmagóricos protagonistas da



paisagem urbana. Muitos exemplares de arquitetura barroca menor foram estupidamente destruídos; e se criou aquela grotesca arquitetura-recheio, de tijolos e travertino, com a missão específica de servir de tecido conectivo e de criar, em torno dos monumentos, uma aura de romanidade. [...] Compreende-se que as primeiras vítimas são os próprios monumentos em homenagem aos quais foram perpetrados aqueles crimes: desambientados, isolados, empobrecidos pelo espaço vago que os circunda, reduzidos de fato à condição de ruínas (recorde-se o mausoléu de Augusto, ao qual os romanos atribuíram o apelido de 'dente cariado'). E não falamos dos restauros com que se quis remediar seu aspecto esquelético; nem do inacreditável expediente de demolir um palácio ou uma igreja para recompô-los em outro lugar, onde não estorvam a 'perspectiva' (caso dos Borghi). (ARGAN, 2000, p. 109-110)

Mas, o impressionante é que, apesar de toda a destruição a cidade ainda mantém seu caráter barroco: lacunoso, danificado, mas não perdido – de forma alguma. Os primeiros legisladores da Roma moderna só conseguiram, felizmente, “atrapalhar” uma pequena parte de toda a trama dramática exposta ao espectador. Criaram barreiras que prejudicaram a apreciação da capital, mas não foram obstáculos intransponíveis. A cidade ainda fascina; fato derivado da expressividade dos “eventos” criados pelos grandes mestres do barroco, acontecimentos cenográficos que insistem em se exibir a todo o tempo no núcleo urbano. Sobre isto, diria o mestre Argan em 1952, logo após a inauguração da via que prejudicou a apreensão de todo o complexo de San Pietro, “[...] convenhamos que o caso de Roma é sui generis: prova-o o fato de que um século, ou pouco menos, de demolições e construções equivocadas ofendeu e arranhou, mas não destruiu, a beleza da cidade.” (ARGAN, 2000, p. 12)

## Notas

\* Arquiteto formado pela EA / UFMG; Especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos pelo IX CECRE / UFBA; Especialista pelo Curso de Formação Ciudades y Viviendas en Iberoamérica pelo CENCREM / La Habana; Mestre e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU UFBA; Bolsista CAPES - PDDEE (estágio de doutorado no exterior) em Roma junto a La Sapienza. Professor dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e da UNIFACS / Salvador rodrigobaeta@yahoo.com.br

<sup>1</sup> O imperador Aureliano começou a levantar em 272 d. C. o sistema defensivo que iria proteger Roma até os tempos modernos. As muralhas, com um perímetro de aproximadamente 18 km, foram restauradas e elevadas em quase duas vezes por Massenzio entre os anos 309 e 312, e foram reforçadas por Onório entre 402 e 403. Após a queda do império, a parte ocupada da cidade dentro das fortificações passaria a ser mínima, e mesmo no Auge da Roma barroca o tecido urbano não preencheria nem metade do ambiente envolvido pelos muros. No final do século XIX as fortificações de Aureliano seriam finalmente vencidas pela ampliação da cidade. Não obstante, ainda hoje estão em sua maior parte preservadas acolhendo o núcleo mais antigo (SANFILIPPO, 2004, p. 8).

<sup>2</sup> Rione é uma antiga denominação derivada da palavra *regione*, que era usada para definir as principais áreas que dividiam Roma, desde a época de Augusto – apesar de que os rioni da cidade dos papas não coincidiam necessariamente com os imperiais. Até o século XV estas regiões possuíam uma certa autonomia administrativa, liberdade sobrepujada posteriormente pela política centralizadora de domínio dos papas frente a toda a cidade (SANFILIPPO, 2004).

<sup>3</sup> Figura 01: Nuova Pianta di Roma, de Giovan Battista Noli (1692-1756), confeccionada em 1748. Esta planta é ainda hoje usada como referência para novos levantamentos da cidade. Ela mostra a “Cidade Eterna” no auge de sua configuração barroca. Notar que a mancha edificada não ocupa metade da área dentro do contorno das muralhas de Aureliano. O denso ambiente entre o perímetro do sistema defensivo e a cidade é ocupado por vilas, vinhas e campos (INSOLERA, 1996, p. 307).

<sup>4</sup> “Eis que o fascismo se encontra diante do problema da capital. Eu gosto de dividir os problemas de Roma neste século XX em duas categorias: os problemas da necessidade e os problemas da grandeza. Não é possível enfrentar estes últimos se os primeiros não forem resolvidos. Os problemas da necessidade brotam do desenvolvimento de Roma e se encerram neste binômio: casas e comunicação. Os problemas da grandeza são de outra espécie: é necessário liberar toda a Roma antiga das deturpações medievais, mas ao lado da antiga e da medieval, é necessário criar a monumental Roma do século XX. Roma não pode, não deve ser somente uma cidade moderna, no senso absolutamente banal da palavra: deve ser uma cidade digna da sua glória e esta glória deve renovar-se incessantemente para ser transmitida, como herança da idade fascista, às gerações que virão.” (MUSSOLINI, 1924 apud CEDERNA, 2006, p. 53, tradução nossa)

<sup>5</sup> “Onde surgiam as pobres casas, os casebres da velha cidade se fez o vácuo ou se reedificaram edifícios públicos: nos bairros nos quais primeiramente se registravam altíssimas densidades, se passou subitamente a zero habitante por quilômetro quadrado. O saneamento dos terrenos foi integral: mais ninguém vivia na via dell’Impero, na via del Mare, na Piazza Augusto Imperatore, mais ninguém habitará o deserto da via della Conciliazione. Se fez o vazio absoluto.” (INSOLERA, 2001, p. 135, tradução nossa)

<sup>6</sup> Figura 02: Demolições para a abertura da via del Mare em 1929, próximo ao que era a Piazza Montanara. Inúmeros ambientes ancentrais – medievais, renascentistas e barrocos – foram abaixo. Milhares de pessoas foram desalojadas. À frente as habitações na encosta do monte do Campidoglio ainda não demolidas (INSOLERA, SETTE, 2003, p. 56).

<sup>7</sup> Insolera e Sette resumem o triste destino da colina Capitolina: “A decisão de construir um monumento ao primeiro rei da Itália na Piazza Venezia levou, entre 1882 e 1911, à destruição da encosta norte do Campidoglio, incluindo a Torre de Paolo III e o Claustro de Santa Maria in Aracoeli. O novo fundo cenográfico da Piazza Venezia e de toda via del Corso desde a longínqua Piazza del Popolo, obrigou uma transformação total da pequena praça que se abria diante do Palazzo Venezia. Dobrou de tamanho demolindo em 1900 o Palazzo Torlonia e construindo mais recuado um edifício simétrico. O Palazzetto Venezia que se estendia na altura da torre, foi ‘desmontado’ e reconstruído para além da esplanada diante de San Marco. Todo o resto do Campidoglio foi jogado abaixo entre 1926 e 1943 por motivos que parecem hoje incompreensíveis: só a igreja de Ara Coeli, a praça de Michelangelo, o Palazzo Caffarelli permaneceram em pé. Todo o resto desapareceu para dar lugar a nada.” (INSOLERA, SETTE, 2003, p. 51, tradução nossa)

<sup>8</sup> “A bestialidade da urbanística arqueológica de Muñoz e seus companheiros não poderia ser mais bem descrita: desventrar o tecido edilício, pulverizar as próprias estruturas antigas soterradas em base a juízos sumários e arbitrariamente seletivos (‘tem mérito’, ‘não tem mérito’, ‘privo de valor’), ao fim aniquilar a própria topografia antiga, para depois recobrir tudo de asfalto.” (CEDERNA, 2006, p. 134, tradução nossa)

<sup>9</sup> Figura 03: Parada em homenagem a Adolf Hitler promovida pelo ditador Benito Mussolini em 1938. A parada acontece na via dell’Impero, poucos anos depois do total aniquilamento do bairro dos Pantani e adjacências em nome da escavação das ruínas dos Fóruns Imperiais e da abertura da avenida retilínea – estrada que, na verdade, cobre de asfalto mais da metade das ruínas dos Fóruns Imperiais (CEDERNA, 2006, p. 172-173).

<sup>10</sup> Figura 04: Piazza Pia, em 1900, onde nasciam o Borgo Vecchio, à esquerda, e o Borgo Nuovo, à direita, os acessos mais diretos para a Piazza di Sant Pietro. Ao meio, a Spina del Borgo. A imagem da cúpula praticamente desapareceria após alcançar a praça e só seria resgatada na Piazza Rusticucci – estratégia hábil da cenografia e da surpresa barroca (DELLA VALLE, FONDI, STERPI, 1997, p. 65).

<sup>11</sup> Figura 05: A spina dos Borghi, vista antes da abertura da via della Conciliazione. As duas vias retilíneas levavam o transeunte a adentrar a Piazza di San Pietro na direção dos focos da elipse, exatamente os espaços que haviam sido privilegiados por Bernini (BENEVOLO, 2004, p. 65).

<sup>12</sup> Figura 06: Foto tirada do Castel Sant’Angelo mostrando a via della Conciliazione com seus edifícios do racionalismo fascista. É possível vislumbrar a antiga Piazza Pia com os novos edifícios que anunciam a via della Conciliazione, construções que substituíram os antigos palácios que ocupavam as testadas remanescentes. Rodrigo Baeta, 2007.

## Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino**. São Paulo: Editora Ática, 2000

BENEVOLO, Leonardo. **Historia de la arquitectura del Renacimiento**. vol.2. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

CEDERNA, Antonio. **Mussolini urbanista**. Venezia: Corte del Fontegno Editore, 2006.

INSOLERA, Italo. **Roma**. Immagini e realtà dal X al XX secolo. Roma-Bari: Laterza, 1996.

\_\_\_\_\_. **Roma moderna**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001.

\_\_\_\_\_. ; PEREGO, Francesco. **Storia moderna dei Fori Romano**. Roma-Bari: Editori Laterza, 1999.

\_\_\_\_\_.;SETTE, Alessandra Maria. **Roma tra le due Guerre. Cronache da una città che cambia.** Roma: Palombi Editori, 2003.

LOMBARDO, Alberto. **Palazzi rinascimentali e barocchi di Roma.** Roma: Palombi & Partner, 2005.

PORTOGHESI, Paolo. **Roma Barocca.** Roma-Bari: Laterza, 1997.

PRETE, Frederico del. **Il fondo fotografico del piano regolatore di Roma 1883.** Roma: Gangemi Editore, 2002.

SANFILIPPO, Mario. I rioni e i quartieri nella storia di Roma. In: **La grande guida dei rioni di Roma.** Roma: Newton & Compton Editoti, 2004.

SANFILIPPO, Mario. **La costruzione di una Capitale: ROMA 1911-1945.** Milano: Silvana Editoriale, 1993.